

DOMINGUES AZEVEDO

presidente da Ordem dos
Técnicos Oficiais de Contas



O espectáculo

Uma sociedade organizada necessita de um rumo para onde toda a sua actividade conflua. Esse objectivo tem que ser definido por quem de direito e cumprido por todos os cidadãos.

Durante a negociação que antecedeu a entrega do Orçamento do Estado, assistimos a comportamentos e manifestações que têm muito mais a ver com o "espectáculo" que a temática propicia, do que com a preocupação de tentar encontrar um rumo.

Como cidadão que procura compreender a vida do meu País, não deixo de sentir uma certa perplexidade e, por vezes, até repulsa, perante determinados comportamentos. Em certas questões há uma insensibilidade notória na vida política nacional.

A experiência adquirida ao longo de 15 anos na Assembleia da República possibilitou-me um conhecimento privilegiado dos complexos mecanismos parlamentares. O que temos vindo a assistir está na fronteira do surrealismo e não deixa de constituir uma espécie de atestado de menoridade aos portugueses que, atónitos, assistem a este espectáculo, sem compreenderem muito bem quem são os actores, nem mesmo o papel que cada um desempenha na peça teatral em que se tornou o Orçamento do Estado.

Com a experiência acumulada, confesso a minha imensa dificuldade em lidar com todo este processo. Procuro imaginar como é que se sentirá o cidadão comum que ouve falar do Orçamento do Estado todos os anos.

Não se compreende como é que o Parlamento, há dois ou três meses, congregou esforços e entendimentos em busca da diminuição das receitas públicas e agora vem pregar um emotivo sermão sobre a necessidade de diminuição do défice público. A governação será como a Assembleia da República quiser? Qual o motivo pelo qual os partidos que se entenderam com vista à prossecução daquele objectivo, agora se dividem, evidencian-

do uma dicotomia que já existia, mas que naquele momento a aceitaram como válida?

Todos nos questionamos quanto à essência dos valores que nos são transmitidos por quem nos governa. Apregoando práticas exemplares como modelos de vida e comportamento social, insistem em fazer exactamente o contrário.

Embora compreendamos a necessidade de, nestas como em outras coisas, haver algum 'circo' associado, julgo que na discussão de um documento fundamental como é o Orçamento do Estado, deviam prevalecer valores de natureza superior que se colocassem à margem dos interesses políticos.

É assim que fazemos na OTOC, a maior Ordem de regulação profissional existente em Portugal. Discutimos os documentos, analisamos as suas consequências e quando os mesmos são aprovados, passam a ser de todos e não apenas de alguns. Para vencer a adversidade é necessário que todos remem no mesmo sentido. Caso haja alguém tentado em boicotar o rumo definido, então é meio caminho andado para que o barco se afunde. ■

*Na discussão
do Orçamento
do Estado
deviam prevalecer
valores de
natureza superior.*